

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Cade pode julgar hoje TCC da Petrobras que abre mercado de gás.....	2
Título: O falso dilema da energia	3
Título: Pacote pós-Previdência inclui estímulo de curto prazo e desonerações	6
Título: Destaques	8
Título: Curtas	9
Título: Mineradora se adianta à nova regra da ANM.....	10
Título: Camil e Raízen ajustam pacto na área de açúcar.....	13
Título: Tereos tem prejuízo e vê endividamento registrar crescimento expressivo.....	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Acordo no Cade obriga Petrobras a sair do gasoduto Brasil-Bolívia	15
Título: Apostei na abertura de mercado no pré-sal, não na mamata com empreiteiros	17
Título: ‘Falhou, levanta, faz de novo’, diz empresário a empreendedores.....	20
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: ‘Trofeu Avon’ de vendedor	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Krüger e Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Cade pode julgar hoje TCC da Petrobras que abre mercado de gás**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pode julgar hoje o Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) da Petrobras voltado para o mercado de gás natural. A expectativa do governo, segundo o **Valor** apurou, é a aprovação de um acordo semelhante ao firmado com a estatal no setor de combustíveis, que exigiu a venda de oito de treze refinarias. Desta vez, o acordo deve exigir o acesso de outras empresas a toda a capacidade dos dutos de transporte e das unidades processadoras de gás natural da petroleira. O termo também deve estabelecer quantos meses a Petrobras terá para as mudanças.

O Cade já constatou que a Petrobras é dominante no segmento de gás. Isso favorece práticas de condutas anticompetitivas como a discriminação de concorrentes, assinatura de contratos de exclusividade, imposição de preço na oferta de capacidade de transporte ou do próprio insumo. Algumas destas condutas já são investigadas pelo órgão antitruste, a partir de denúncias de outras agentes atuantes no mesmo mercado.

Embora não controle 100% de todos os elos da cadeia, a Petrobras reúne condições para exercer monopólio no setor de gás natural. Na produção, a petroleira detém quase 80% e ainda controla a importação. No transporte de grande volume entre os Estados, a estatal responde por 60% de participação e, em alguns casos, conta com contrato de exclusividade.

No segmento de distribuição, a Petrobras dispõe de participação minoritária nas companhias estaduais. No entanto, em vários casos, a estatal possui posição privilegiada nos contratos, podendo até definir o diretor comercial das distribuidoras. Com controle sobre térmicas que usam gás para gerar energia elétrica, a Petrobras ainda responde por parte expressiva do consumo de gás no Brasil. As térmicas representam 13% da matriz energética brasileira.

Ao assinar o novo TCC, o Cade deverá suspender todos os processos administrativos sancionatórios com investigação de práticas anticompetitivas. No entanto, os processos só são arquivados após a verificação de que foram cumpridos todos os termos do acordo.

No mês passado, o governo estabeleceu as diretrizes para a abertura do mercado de gás natural no país. A estratégia passa fundamentalmente pela

retirada da Petrobras de sua posição dominante. Por meio de resolução, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu a estrutura do novo ambiente de competição com medidas de estímulo à concorrência. A iniciativa faz parte do programa "Novo Mercado de Gás".

A resolução do CNPE trouxe um conjunto de medidas para abrir a concorrência no setor e é considerada o grande gatilho para a conclusão das negociações do Cade com a Petrobras, mantidas em sigilo. O conselho define quais devem ser as políticas públicas do setor. E a Petrobras, dominante no setor de gás, teria que aderir às diretrizes de uma forma ou de outra. O Cade, ao se apoiar nas recomendações do CNPE na estruturação do termo, reforça seus argumentos antitruste contra a estatal.

Outras ações regulatórias ficaram de ser adotadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para garantir o aumento efetivo da competição e, por consequência, a redução do preço do gás. Fontes relatam nunca ter havido coesão tão grande como agora entre os ministérios da Economia e de **Minas e Energia**, a ANP e a própria Petrobras. Tal convergência de interesses deve impulsionar a agenda de abertura do mercado.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem defendido que o Novo Mercado de Gás vai proporcionar um "choque de energia barata", com grande impacto para o setor industrial. Com o acesso por outras companhias a toda a capacidade dos dutos e das unidades processadoras da petroleira, a tendência é que o aumento da competição e da produção do setor leve a uma redução dos preços.

Além disso, a abertura do mercado de gás pelos Estados poderá ser usada pelos entes que aderirem ao Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), o Plano Mansueto. O Estado poderá utilizar a privatização do setor na negociação de acesso a empréstimos com garantias da União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2019

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana

Título: O falso dilema da energia

Junho foi o mês de boas notícias para o setor energético. Primeiro foi o anúncio do Novo Mercado de Gás Natural, com linhas gerais para a criação de um mercado livre. A competição, e não a intervenção via monopólios estatais ineficientes, é a ênfase e caminho essencial para a redução dos custos. Um golaço, embora, na corrida de obstáculos, apenas o primeiro tenha sido vencido.

Bem menos atenção foi dada ao resultado do leilão de energia realizado no dia 28. Foi pequeno o volume transacionado, mas o preço da fonte solar evidencia um ponto de inflexão, uma mudança de paradigma. E não veio do nada. Decorre de inéditas transformações na forma de fazer, várias delas impulsionadas pelas exigências ambientais, que têm sido também conduzidas no Brasil, mesmo com certa desconfiança.

A propósito, o professor José Goldemberg, em magnífico artigo no "Estado de S. Paulo" de 17 de junho, mostra o quanto a relação entre natureza e desenvolvimento é determinante e determinada pelo crescimento econômico e evolução da tecnologia. Sem os diques, barragens, canais de irrigação e reservatórios, talvez os assírios, babilônios e sumérios não sobrevivessem aos grandes e irregulares reveses naturais criados pelos rios Tigre e Eufrates. Há 6 mil anos, era um dilema. Talvez nem fôssemos o que hoje somos, ou demoraríamos mais a sê-lo. Foi ali que surgiu nossa civilização. Essas obras, que agrediam o meio ambiente, favoreceram o surgimento de cidades e impérios e o clima ficou mais amigável à agricultura, que por lá também se desenvolveu.

Custo da energia solar já é menor do que qualquer outra, mesmo se considerados os subsídios implícitos

No setor elétrico, esse problema me parece bem equacionado. É o que dizem os números, e não apenas eles. A China, país conhecido pela excessiva poluição do ar, tinha, em dezembro de 2018, 184 GW e 130 GW de capacidade instalada de, respectivamente, energia eólica e solar. Em 2018 a China incorporou 21 GW de energia eólica e 44 GW de solar, números espetaculares. Para que se tenha uma noção do que isso representa, o Brasil, somadas todas as fontes, tem 165 GW de potência instalada. Ainda assim, também foi vertiginoso o crescimento em fontes renováveis, cuja soma de eólica e solar já supera 17 GW, quando era quase zero há 12 anos. Valores impactantes também se sucedem em outros países, como Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Noruega e Espanha.

Tamanha demanda por equipamentos, acompanhada de intenso desenvolvimento tecnológico, provocou fenômeno interessante e raramente visto. Os custos marginais são decrescentes, efeito conhecido como feedbacks positivos. Isto é, a nova produção, com pequenos ou grandes aprimoramentos da tecnologia anterior, apresenta menores custos, que resulta em menores preços e em aumentos da demanda. Ganham a natureza e os consumidores.

No Chile, em 2018, era possível comprar energia solar e eólica por um preço médio de US\$ 20/MWh. No Brasil, de maior risco regulatório, esse preço, em leilão realizado naquele mesmo ano, correspondia US\$ 32/MWh. E era US\$ 62/MWh dois anos antes. Um grande avanço. Surpreendente mesmo foi o resultado do leilão de 28 de junho de 2019, quando os investidores de solar-

fotovoltaica venderam energia por menos US\$ 20/MWh. Com isso, o custo desse tipo de fonte já é menor do que qualquer outra, mesmo ao considerar seu baixo fator de capacidade e os subsídios implícitos. Sim. Temos o que a comemorar.

Mas é na forma de organizar o setor elétrico que têm surgido as grandes transformações, que reforçam os feedbacks positivos, e nisso andamos em passo de tartaruga. Falo da geração distribuída (GD), que tem como principal característica a descentralização dos investimentos em usinas, que passam a ser realizados, em grande maioria, pelos consumidores.

Na Alemanha, para ficarmos apenas em um caso, mais de 50% da capacidade instalada de geração já são injetados nas redes das distribuidoras. A maior parte disso é originada em fontes solar e eólica e mais de 60% pertencem a consumidores, que lá são chamados de prosumers. A Alemanha possuía, em 2018, 90 GW de capacidade instalada - entre eólica e solar.

Nossos números em GD (2 GW, acumulados desde 2012), se comparados aos destacados acima, mostram que estamos longe do que pode ser feito. A falta de foco torna o cenário muito nebuloso e, de certa forma, primitivo. E a meta é ainda mais incipiente. Pretendemos alcançar 22 GW de capacidade instalada em GD apenas em 2035, ou seja, daqui a 16 anos. Duas são as consequências mais graves dessa lentidão: em 2035, o uso da GD representaria menos de 3% do consumo total de energia, o que é pouco. E, por causa disso, o Brasil perderia uma oportunidade ímpar de aproveitar o ciclo dos custos marginais decrescentes, que não terá vida muito longa. Seria um erro grave.

Mesmo com meta tão humilde, os efeitos são muito relevantes. Se esses 22 GW forem concretizados, investimentos bem mais caros seriam adiados, com uma economia de quase R\$ 45 bilhões, só no capital fixo. Some-se a isso os benefícios decorrentes da redução das perdas elétricas, da postergação de investimentos em transmissão e distribuição. Não são desprezíveis os ganhos de eficiência associados à descentralização. Os consumidores teriam mais flexibilidade e custos menores, um bom incentivo para a retomada da economia.

Quais os obstáculos a esse cenário tão virtuoso? São vários, e sem explicação dentro do razoável. O mais marcante tem a ver com a "dependência da trajetória", ou o inverso dos feedbacks positivos. A filosofia de planejamento adotada há mais de 50 anos privilegia as grandes obras, outrora de bons resultados. Mas a performance das usinas já não depende de economias de escala, um fato desde o fim dos anos 80. Os preços, hoje, são fortemente determinados pela competição, que se beneficia dos menores tamanhos das usinas. Os menores custos de entrada e de saída, em virtude da menor

capacidade instalada, estimularam o aparecimento dos prosumers, centro da saudável descentralização dos investimentos.

A imprecisão das normas é, na corrida de obstáculo, quase que um fosso, dada a inundação de exigências conflitantes impostas pelas distribuidoras, que aumentam em demasia os custos para os acessantes, em diversos casos em mais de 30% do valor do empreendimento, sem contar o tempo perdido com a burocracia, que duplica o prazo das obras de GD.

É necessária, portanto, uma rápida mudança de atitude, para acompanhar o novo paradigma e pensar em regras que incentivem mais ainda a descentralização dos investimentos, uma tendência mundial, e não perderemos as vantagens do ciclo de custos marginais decrescentes. E já sem o dilema dos assírios, babilônios e sumérios, de agredir ou não a natureza. A solução, via GD, até nisso caminha na direção dos feedbacks positivos. No máximo temos um falso dilema, como prefere o professor Goldemberg.

Edvaldo Santana é professor titular da UFSC, ex-diretor da Aneel e atual vice-presidente da Electra Energy.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2019

Seção: Especial

Autor: Fabio Graner, Lu Aiko Otta, Carla Araújo, Andrea Jubé e Ana Krüger | De Brasília

Título: Pacote pós-Previdência inclui estímulo de curto prazo e desonerações

Enquanto comemorava a aprovação da reforma da Previdência, a equipe econômica também acelerava a elaboração de medidas que serão adotadas na sequência, em especial após a votação do projeto no plenário da Câmara. O Ministério da Economia estuda fazer um anúncio estruturado por parte do ministro Paulo Guedes sobre a segunda fase da agenda que visa reduzir o Estado e a dívida pública, além de estimular a atividade.

As iniciativas passam por medidas estruturais, como a reforma tributária, a aceleração do programa de privatizações e a implementação do já anunciado plano de barateamento do gás. Elas incluem ainda ações de estímulo à demanda (como liberação do PIS/Pasep e de parte do FGTS, além da indicação de que o BC pode retomar a queda de juros básicos) e iniciativas na área microeconômica - novas regras para debêntures de infraestrutura (*leia o texto Mudança na legislação de debêntures de infraestrutura*), melhora de garantias para o crédito e desoneração da importação de bens de capital e de informática.

"Depois da Previdência a gente vai abrir a porteira", comentou uma fonte, contando que, após a conclusão da votação da reforma na comissão, integrantes da equipe econômica se abraçavam e gritavam "É tetra!", referência à comemoração do narrador Galvão Bueno quando Brasil foi campeão em 1994. "É quase um PPA", acrescentou a fonte, referindo-se à quantidade de medidas em gestação para o pós-Previdência, que remontaria ao Plano Plurianual (PPA) - que também está em elaboração pelo governo e que valerá para o período de 2020 a 2023.

"O Brasil conquistou uma grande etapa em prol do desenvolvimento sustentável, com a Nova Previdência passando com folga na comissão. Foi uma sinalização importante, pois indicou que há boa sintonia entre governo e Congresso. Após a aprovação da proposta em plenário, o Ministério da Economia tem uma ampla agenda de medidas a apresentar e defender", disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. "No ritmo que estamos caminhando, 2019 poderá ser lembrado como um 'difícil ano bom', em que o Brasil deu início a um processo essencial em busca da prosperidade."

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), está prometendo para esta semana a votação da Previdência no plenário da Casa em dois turnos. Se isso se concretizar, a visão no governo é que haverá uma redução importante no nível de incerteza na economia e o terreno para a retomada do crescimento estará mais aplinado.

Nesse ambiente, o uso de estímulos também de curto prazo (a despeito da preferência por ações estruturais) poderá ser acionado para tentar reverter a forte deterioração das expectativas de crescimento. O governo ainda trabalha oficialmente com uma expansão de 1,6% do PIB, praticamente o dobro do que espera o mercado e o próprio BC, mas até o próximo dia 22 essa estimativa será derrubada pela Secretaria de Política Econômica para algo mais próximo do que os analistas estão apontando.

O governo hoje considera que não há espaço para estímulos fiscais, como aumento no investimento público. Pelo contrário, novo corte de gastos deve ocorrer com a piora da estimativa oficial de PIB. Nesse quadro, as medidas de curto prazo devem ter natureza para fiscal, como a nova rodada de liberação do PIS/Pasep (que tem cerca de R\$ 22 bilhões parados e que na maior parte deve ser trazido para reforçar o caixa do governo) e de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O primeiro está mais avançado, enquanto o segundo depende da finalização de estudos, em especial na parte relativa à possibilidade de liberação de parte do dinheiro nas contas ativas, dos trabalhadores que estão empregados.

No lado da demanda, o governo, por meio do Banco Central, ainda pode dar estímulos com a redução da taxa básica de juros. A despeito do presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, dizer que não há relação "mecânica" entre aprovação da Previdência e corte dos juros, a sinalização que tem sido dada é que a decisão do Congresso permitirá que isso ocorra.

Mas o que o governo quer mesmo é lançar medidas tidas como mais estruturais. A reforma tributária desejada, unificando tributos federais e pode substituir a contribuição sobre folha de pagamento por uma espécie de CPMF ampliada, ainda não teve seu desenho final aprovado por Guedes, mas está sendo finalizada.

Outra, mais avançada, é o "choque de energia barata". O governo esperava para hoje que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) finalize o acordo com a Petrobras para que a estatal saia do mercado de gás e ofereça acesso aos seus gasodutos para que empresas exploradoras desse insumo possam vender no mercado esse produto a preços mais baratos. A visão de Guedes é que isso vai estimular a indústria fortemente.

No plano de privatizações, ainda caminhando em marcha lenta, a ideia da equipe econômica era remeter para o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) uma lista de companhias a serem vendidas apenas após a aprovação da reforma na Câmara dos Deputados.

Para este ano, de qualquer jeito, o governo prevê gerar R\$ 100 bilhões em desestatizações, sendo que metade já foi feita (como a venda da TAG pela Petrobras) e outras estão por vir, como a da Liquigas. Também está sendo revista a privatização da Eletrobras.

O governo ainda tem uma extensa agenda microeconômica, que já entrou em andamento, mas que se pretende intensificar, como estímulo ao crédito privado de forma geral. Outras iniciativas, como a redução de tarifa de importações de bens de capital e de bens de informática, visam ao mesmo tempo fomentar a competição com a indústria nacional e baratear os investimentos das empresas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Cesp vai abrir PDV

O conselho de administração da Cesp aprovou, no dia 28 de junho, o novo Plano de Desligamento Voluntário de funcionários (PDV). A ata do encontro foi divulgada na sexta-feira, mas não trouxe detalhes sobre a iniciativa. Os conselheiros aprovaram também formalizar à União o não interesse em renovar a concessão da usina hidrelétrica (UHE) Jaguari, em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo de pleitear a exploração da usina após término da atual concessão. Localizada entre os municípios de Jacareí e São José dos Campos, no interior paulista, a usina de Jaguari possui potência instalada de 27,6 megawatts (MW). Segundo a ata da Cesp, a empresa manterá as suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do contrato de concessão, em 20 de maio de 2020.

Minério de ferro a US\$ 114

O preço do minério de ferro recuou 6,6%, para US\$ 114,25 a tonelada na sexta-feira na China, após ter alcançado seu maior valor em cinco anos na terça-feira da semana passada, quando chegou a US\$ 125,77. Esses valores são para o minério com 62% de concentração. As perdas, que começaram ainda na quarta-feira, seguem os relatos de que a Associação de Ferro e Aço da China, entidade que reúne as principais siderúrgicas chinesas, está pressionado a realização de uma investigação sobre uma possível especulação que estaria provocando a alta dos preços do minério. De acordo com o diretor de estratégia de commodities do banco ING, Warren Patterson, a indústria do aço tem ficado apreensiva com a erosão da rentabilidade das siderúrgicas e seu impacto na indústria de minério se os preços continuarem em alta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Diretor deixa Petrobras

O diretor de governança e conformidade da Petrobras, Rafael Mendes Gomes, renunciou ao cargo alegando razões pessoais, informou a petroleira na sexta-feira. "A Petrobras iniciará um processo seletivo para escolha do novo diretor", acrescentou a companhia em comunicado. O diretor de assuntos corporativos, Eberaldo de Almeida Neto, acumulará interinamente o cargo até a escolha de um novo nome, que deve ser eleito pelo conselho de administração com base em lista tríplice de profissionais pré-selecionados por empresa especializada.

Gomes havia assumido o cargo em maio de 2018. Antes, ele atuava como sócio sênior do escritório Chediak Advogados, responsável pela área de compliance e investigação. Ele também havia sido vice-presidente jurídico e de compliance do Walmart no Brasil até 2012.

Petroleira vende ativos

A Petrobras iniciou o processo para a venda de 100% das participações nos campos de produção de Peroá e Congoá, e na concessão BM-ES-21, onde há a descoberta de Malombe, na Bacia do Espírito Santo. A venda, segundo a petrolífera, inclui as instalações de produção e de escoamento, assim como o gasoduto terrestre até a chegada na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Mineradora se adianta à nova regra da ANM

Depois da tragédia de Brumadinho (MG), em que até o momento 247 pessoas morreram e ainda há 23 desaparecidos após o rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da Vale, a Agência Nacional de Mineração (ANM) editou normas para segurança das barragens de rejeitos no Brasil. A resolução, publicada em fevereiro, terá nova versão neste mês com prazos maiores.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, a antiga regulamentação tinha pontos que inviabilizavam a atividade mineral no país. "Por isso se fez necessário audiências públicas e contribuições dos setores econômicos para adequar as novas normas. A época era a resposta que a agência tinha que dar", disse ao **Valor**.

A nova resolução proíbe a construção de barragens a montante e estabelece prazos maiores para a descaracterização das estruturas já existente. Pela norma que ainda está valendo, as estruturas que se encontram ativas devem ser descomissionadas até 15 de agosto de 2021. No texto que deve ser publicado ainda neste mês, o prazo é aumentado para 15 de agosto de 2023. "É ultrapassado e acredito que deva sim ser proibido no país. Tudo o que aconteceu em Brumadinho e Mariana não foi acidente. Foi falha do sistema."

O advogado Jorge Alex Athias, do Escritório Silveira, Athias, acredita que a resolução vai corrigir as distorções em relação ao método de construção a montante. "Estruturas como essa se ressentem com a passagem do tempo e às inovações de engenharia. É natural que passassem por uma revisão."

Dentro dessa nova realidade, algumas empresas já se movimentam para descomissionar suas barragens a montante ou outros métodos, como a jusante, e começar o beneficiamento a seco. A AngloGold Ashanti, por exemplo, que opera sete estruturas no país, sendo cinco a jusante, uma a montante e uma linha de centro, já iniciou projetos para beneficiamento a seco.

O presidente da companhia, Camilo Lelis Farace, disse que nos complexos da Mina de Cuiabá, a maior da AngloGold Ashanti no Brasil, localizada em Sabará (MG), e em Santa Bárbara, também em Minas Gerais, até 2021 todo o processamento do minério será feito a seco.

"Todo o maquinário está comprado. Ainda não temos o valor a ser investido, os estudos estão sendo concluído, mas posso dizer que o valor é extremamente significativo para a AngloGold Ashanti", disse Farace.

Pelo cronograma da companhia, a Mina de Cuiabá terá a tecnologia do processamento a seco em setembro de 2020. Hoje, a mina opera com 25% do beneficiamento nessa tecnologia. Já a mina em Santa Bárbara, até o fim deste ano 40% do processamento será feito a seco e, em 2021, chega a 100% da produção.

A barragem que a empresa mantém a montante fica na cidade de Crixás (GO). "Temos laudo de estabilidade emitido neste ano e o padrão de segurança dessa barragem é equivalente a das estruturas a jusante. Estamos aguardando a nova regulamentação, os prazos, para começar a descaracterização da barragem."

A Mineração Rio do Norte (MRN), maior produtora de bauxita do país, também vai investir cerca de US\$ 40 milhões em segurança de barragem. A empresa mantém uma mina em Trombetas (PA) e opera duas estruturas construídas pelos métodos a jusante e linha de centro.

"Já temos declarações de estabilidade além disso, as comunidades mais próximas às nossas minas ficam a 27 quilômetros de distância. Caso ocorra alguma coisa, o material demora cerca de 15 horas para chegar na primeira comunidade", disse, o presidente da companhia, Guido Germani. Segundo ele, a

empresa já realiza estudos para instalação de filtro-prensa para utilizar o beneficiamento a seco na operação.

Outra mineradora que iniciou projeto para processamento a seco no país é a Nexas Resources, do Grupo Votorantim. A companhia está investindo R\$ 121 milhões em tecnologia de empilhamento a seco em Vazante, Minas Gerais. A meta, segundo Tito Martins, presidente da Nexas, é que neste semestre a companhia atinja 100% do beneficiamento de zinco a seco.

"Não se trata, por enquanto, do descomissionamento da barragem. Porém, com o novo modelo de tratar os resíduos, a barragem não deverá receber mais material. Ela ficará ativa durante alguns meses e será desativada posteriormente", informou o executivo ao **Valor**. A capacidade da barragem Aroeira, em Vazante, é de 14,91 milhões de metros cúbicos.

O maior investimento, até agora, em projetos de descomissionamento de barragens é da Vale. A companhia já destinou US\$ 1,9 bilhão para esses projetos e deve descaracterizar nove estruturas a montante em operação em Minas Gerais. Segundo a companhia, as barragens serão completamente eliminadas em três anos, sendo que cinco serão transformadas em a jusante, antes do descomissionamento, e outras duas terão seu fator de segurança elevado dentro de três anos antes do encerramento e descaracterização definitiva do uso da estrutura.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) concluiu a primeira etapa do projeto de processamento a seco do minério de ferro na mina Casa de Pedra, em Congonhas (MG) no mês passado. Atualmente, 50% do processo é feito por essa tecnologia. A meta é que, no fim do ano, a companhia processe todo o minério a seco. O plano é secar essa barragem, que é a jusante, em 10 anos.

Alexandre Sion, advogado e sócio do escritório Sion Advogados, afirmou que a nova regulação da ANM recebeu mais de 200 contribuições e a mudança nos prazos foi fundamental para as empresas se adequassem. "O setor teve tempo de se manifestar sobre o que era factível e o que não era factível. O recado principal é que tivemos uma pressão normativa para tentar diminuir os riscos com acidentes."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/07/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Fernanda Pressinott | De São Paulo****Título: Camil e Raízen ajustam pacto na área de açúcar**

A Raízen Energia, joint-venture entre Cosan e Shell, não vai mais empacotar açúcar refinado destinado ao varejo. Transferiu essa atividade para a Camil, que é dona das marcas União e Da Barra e investiu R\$ 100 milhões em uma nova fábrica em Barra Bonita, no interior de São Paulo, para receber e ensacar até 550 mil toneladas do produto ao ano.

Pelo novo acordo fechado, que não envolve venda de unidades, 100% de todo o açúcar refinado produzido pelas usinas da Raízen e destinado ao varejo será vendido à Camil nos próximos 40 anos. As empresas já tinham um acordo nessa frente, segundo o que a Raízen era responsável por ensacar 70% açúcar comercializado pela Camil com suas marcas.

"Para nós, sempre fez sentido controlar o empacotamento, como fazemos com arroz e feijão. O negócio da Raízen é moagem de cana e refino de açúcar, não vendas ao consumidor final", afirma Luciano Quartiero, presidente da Camil, que há mais de um ano já havia comentado sobre a intenção da empresa de assumir também o ensacamento do açúcar.

Os recursos para a construção da fábrica em Barra Bonita vieram do caixa da Camil, engordado após a empresa emitir R\$ 1,6 bilhão em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) nos últimos 24 meses. "Essas emissões, destinadas à compra de açúcar, são mais competitivas em termos de juros que recursos tradicionais, como os provenientes do BNDES. A estratégia nos permitiu ter mais dinheiro para investimentos", diz Flávio Vargas, diretor financeiro da empresa.

No novo acordo, também está prevista a destinação, pela Raízen, de um armazém que será usado pela Camil, em comodato, durante os 40 anos de fornecimento exclusivo do produto.

A unidade de ensacamento de açúcar é a 13ª fábrica da Camil no país. Foi instalada em um terreno de 67 mil metros quadrados, bem próxima ao armazém e à usina da Raízen em Barra Bonita. Toda a estrutura inclui 43 empacotadoras automáticas e 9 mil toneladas de capacidade de armazenamento. Ao lado também há um centro de distribuição que movimenta outros produtos da Camil, como arroz, feijão - pelos quais é mais conhecida a

empresa de alimentos, cuja receita líquida se aproxima de R\$ 5 bilhões por ano - , e pescados.

Com a nova fábrica, a Camil fechou a unidade de Sertãozinho, também no interior paulista. Mas manterá a do Rio de Janeiro, onde tem capacidade de empacotar 144 mil toneladas de açúcar por ano.

As operações da Raízen de ensacamento em Barra Bonita e em Tarumã, também em São Paulo, foram fechadas. A companhia informou que conseguiu realocar parte dos funcionários demitidos no Centro de Distribuição da Camil, após negociação com a companhia de alimentos.

Em nota, a Raízen afirmou, ainda, que "agradece a todos os funcionários desligados neste momento pelo seu tempo de trabalho e dedicação" e esclareceu que, além de garantir o recebimento das verbas previstas em lei, preparou um pacote de benefícios que inclui um banco de currículo, que será compartilhado nas duas regiões, para que todos os desligados possam ter acesso a novas oportunidades.

Segundo Quartiero, da Camil, a nova fábrica da companhia garante uma capacidade de produção 25% superior à das unidades da Raízen, que eram obsoletas. A unidade também vai empacotar outros "tipos" de açúcar - cristal, de confeito, em cubos, premium, demerara, orgânico, mascavo e a linha fit. A empresa também manterá as operações com açúcar cristal em Aparecida de Goiânia (GO) e no porto de Suape (PE).

Pelo acordo, a Raízen Energia, que registrou receita líquida de quase R\$ 60 bilhões em 2018, fica livre para comercializar e ensacar açúcar cristal (não refinado) e outras variedades com qualquer outra companhia. **(Colaborou Camila Souza Ramos)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/07/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Tereos tem prejuízo e vê endividamento registrar crescimento expressivo

A alta do dólar ante o real no "ano eleitoral" de 2018 apertou as contas do último exercício fiscal da Tereos Açúcar e Energia Brasil, um período em que os preços já não estavam colaborando para um bom desempenho.

A companhia, subsidiária da cooperativa francesa Tereos, viu aumentar de forma expressiva o peso de sua dívida sobre o resultado operacional

(alavancagem) na safra 2018/19 e encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 401 milhões. Na temporada anterior, a empresa teve lucro de R\$ 33 milhões. O balanço foi divulgado na sexta-feira no Diário Oficial de São Paulo.

A relação entre a dívida líquida e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado era de 5,7 vezes no fim da safra, em 31 de março. Um ano antes, a alavancagem da companhia estava em 2,4 vezes.

A dívida líquida cresceu 30% e alcançou R\$ 3 bilhões, impulsionada em boa parte pelo câmbio, segundo comentários da administração da companhia publicados com os resultados financeiros. O endividamento aumentou basicamente nos vencimentos acima de um ano, enquanto a dívida de curto prazo caiu ligeiramente (1%), para R\$ 890 milhões.

O aperto financeiro da companhia foi agravado pela piora do desempenho operacional, que acompanhou as perdas médias sofridas por empresas de porte semelhante em razão da queda das cotações de açúcar, além dos menores preços de etanol.

O Ebitda ajustado caiu 44%, para R\$ 536 milhões. A receita líquida cedeu 16%, para R\$ 3,1 bilhões - marginalmente acima da dívida da companhia.

A Tereos conta com sete usinas no Brasil, incluindo a Vertente - mantida em sociedade com o grupo Humus -, e outra usina em Moçambique. A moagem de cana nessas oito unidades diminuiu por causa da seca durante a safra do Centro-Sul brasileiro. O empresa moeu 17,9 milhões de toneladas na temporada passada, enquanto no ciclo anterior o processamento superou 20 milhões de toneladas. A produção de açúcar ficou em 1,4 milhão de toneladas e a de etanol alcançou 676 milhões de litros.

Apesar do aperto dos resultados operacionais, a companhia encerrou a safra com caixa 66% maior que na temporada anterior, em R\$ 1,3 bilhão. Contribuiu para isso o aumento da entrada de recursos com novos financiamentos, que totalizaram R\$ 1,6 bilhão.

Ao longo do ciclo, a companhia investiu R\$ 741 milhões, principalmente em projetos de eficiência. O montante foi 4,8% menor que na safra anterior.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Acordo no Cade obriga Petrobras a sair do gasoduto Brasil-Bolívia

BRASÍLIA - Além de vender sua participação nas empresas de transporte e distribuição de gás, a Petrobras terá de se desfazer do controle do gasoduto Brasil-Bolívia.

É o que determina acordo da companhia com o Cade (Conselho de Administrativo de Defesa Econômica), que será avaliado pelo colegiado nesta segunda-feira (8).

O acerto deve levar a uma redução das importações brasileiras de gás em, ao menos, 10 milhões de m³/dia (metros cúbicos por dia). Trata-se de reflexo da abertura do mercado

Depois de sua saída do controle do gasoduto, caso tenha interesse em fazer a compra, como consumidora, a Petrobras poderá ficar com até 50% do gás disponível.

A Folha teve acesso à minuta do acordo. Ele também obriga a Petrobras a vender 10% de participação remanescente na NTS (Nova Transportadora do Sudeste) e na TAG (Transportadora Associada de Gás).

Embora seja protagonista, o Cade negociou com a Petrobras tendo como respaldo um plano de governo. As diretrizes do acordo constam em uma resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética).

Esse acordo é o pivô do processo de abertura do mercado de gás, com o qual o governo espera atrair investimentos de até R\$ 32,8 bilhões em novos gasodutos e terminais até 2032 e reduzir o preço em até 40% para estimular a indústria e impulsionar o crescimento da economia.

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, esse plano também prevê o incremento de R\$2 bilhões na arrecadação de royalties e R\$ 5,3 bilhões no ICMS por ano em quatro estados —Rio, São Paulo, Espírito Santo e Sergipe.

Os contratos de compra e venda terão de estar assinados até o fim de 2020 e, no caso do gasoduto, a Petrobras terá de definir o preço junto com a ANP (Agência Nacional de Petróleo) até março do mesmo ano. A conclusão completa do processo de venda de todos os ativos deve ocorrer no fim de 2021. Está a possibilidade de um prazo extra de mais um ano, caso a estatal solicite e o Cade aprove.

O gasoduto Brasil-Bolívia é o principal canal de transporte de gás do país. Atravessa Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atravessando 136 cidades. Por ele, passam, diariamente, 30 milhões de m³ de gás, entregues a sete distribuidoras locais. O gasoduto também abastece termelétricas e refinarias diretamente, ao longo de seu traçado.

Pelo acordo, a Petrobras terá de abrir mão da exclusividade nos dutos de escoamento (que ligam plataformas de produção ao continente) e deverá permitir que terceiros tenham acesso aos dutos. Terá ainda de permitir que outras empresas acessem suas estações de tratamento do gás.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Anna Virgínia Balloussier

Título: Apostei na abertura de mercado no pré-sal, não na mamata com empreiteiros

Entrevista da 2ª - Eike Batista

Ex-homem mais rico do Brasil atribui a derrocada de seus negócios à antipatia que provocou no governo por ser um grande capitalista

Florianópolis - "Eike vai estar no Empreende Brazil hoje, vai palestrar sobre como ser um grande empresário sonegador?" O próprio Eike Batista, de volta ao Twitter desde junho, após uma pausa de um ano e meio, reproduziu no sábado (6) essa mensagem de uma mulher e a respondeu com letras em caixa alta, como é sua praxe na rede social: "BOBINHA, PAGUEI O MAIOR IMPOSTO JAMAIS PAGO POR UMA PESSOA FÍSICA! 2 BILHÕES DE REAIS EM 2008!! E AGORA, DONZELA?"

E agora, Eike? "Não sou esse peixe que quer se misturar nas águas turvas da Lava Jato, os empreiteiros", diz à Folha.

"Eu apostei num governo que não teria problema de abrir mão da riqueza do pré-sal para o setor privado. Que as encomendas que viriam para o meu estaleiro lá no Açu, viriam porque seria um mercado aberto. Ganharia quem fosse o mais eficiente. Não nessa mamata que foi criada com os empreiteiros. Eu não tenho nada a ver com isso." Apesar dos argumentos, o empresário, que já foi o homem mais rico do Brasil e o sétimo do mundo, ficou detido por três meses em 2017, num desdobramento da Lava Jato, e se vê às voltas com uma condenação a 30 anos de prisão, acusado de pagar propina para o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral —recorre dela em liberdade.

*

O sr. está trabalhando como consultor para novos empreendedores? Tenho um método 360 graus de empreender. Ele analisa várias disciplinas que um empreendedor tem que dominar ou ele vai falhar. Por exemplo, eu falhei no passado recente, na área de engenharia de pessoas. Meu sistema não foi capaz

de identificar desonestidade e falta de caráter —o que é difícil. Não tenho bola de cristal para ver isso.

É a isso que o sr. associa a sua prisão? A falta de uma bola de cristal para identificar maus elementos?

Isso é você que está falando.

O sr. diz que falhou no passado recente.

Falei dos resultados das empresas. Realmente, se você tem um grupo de pessoas que não te comunica de fato o que está acontecendo, é aquela velha história: o que entra de informação de um grupo técnico trabalhando numa área específica vai para o conselho [de administração, responsável por traçar e avaliar planos de longo prazo] e pra mim. E você toma decisão em cima daquilo. Essa informação tem que ser transparente, honesta. É realmente um desvio das pessoas.

Como avalia o governo Jair Bolsonaro?

Olha, sempre disse isso e ninguém nunca prestou atenção, nem vocês da mídia. A minha família, eu também sempre fomos apolítico. Enxergo o Brasil com um potencial extraordinário. Mesmo no petróleo. Eu sempre falei do petróleo. Tem hoje uma Arábia Saudita no pré-sal. O Brasil que eu sempre apoiei foi um Brasil que deu certo.

O sr. falou agora há pouco que ficou parado nos últimos três, quatro anos porque estava acertando contas com o passado. Na verdade, o sr. estava preso até 2017.

Em relação à condenação, só para ficar claro: o Sérgio Cabral, réu confesso, admitiu —e está gravado isso— que com Eike Batista nunca teve toma lá dá cá. Então, me ressinto com a mídia em geral, porque vocês não estressam isso. É essencial.

Achou a condenação injusta?

Não cabe a mim dizer. Sou um cidadão que tem que obedecer às regras do jogo. Acredito que existe inteligência na magistratura. Instâncias superiores vão fazer justiça.

O sr. se disse fã da Lava Jato e foi preso por ela. Continua fã?
Absolutamente.

O que achou das acusações de que o ex-juiz Sergio Moro foi parcial?

Não cabe a mim comentar. Só quero te dizer: existe um brasileiro que aceita corrupção? Ninguém aceita. Você não, eu não.

O sr. já teve uma fortuna avaliada em US\$ 30 bilhões. Revela o patrimônio atual?

Meu patrimônio está aqui na minha cabeça. É o suficiente. Acharia muito bom se a mídia pegasse exatamente isso que eu falei. Vamos lá. As 30 empresas estrangeiras que eu trouxe para o Brasil, que estão instaladas lá no porto do Açu [que ele lançou em 2006], vinham dizer: será que você podia me levar no governador? Claro. Vou lá no governador e tiro foto com ele, e o cara quer tirar foto comigo. E ó... jogue a primeira pedra quem não achava que o Cabral, em 2010, 2011, 2012 — sei lá, até os problemas aparecerem — não pudesse ser um candidato à Presidência? Quem imaginava que existia essa história por trás? Nunca prestei serviço para o governo. De onde inventaram essa loucura? O que posso dizer muito claramente: em 2008, no leilão do pré-sal, o governo da época — e não me interessa o governo que foi [Luiz Inácio Lula da Silva era presidente], não cabe a mim dizer se é de esquerda — decidiu tirar o pré-sal da minha empresa. No fundo, não éramos considerados um grupo empresarial amigo daquele governo. "Ó, esse aqui é um capitalista."

Já vi que não arrancarei se o sr. nutre simpatia ou antipatia pelo governo atual. Sou apolítico. Para ser sincero, nas últimas eleições eu não votei.

Mas como avalia as pautas econômicas?

Que façam a reforma da Previdência, em seguida a tributária. Vai ser bom para todos nós. Posso lhe dizer, ao mesmo tempo, que meus projetos independem dessa realidade. Meus projetos sempre foram blindados a tudo isso.

Mas alguns deles quebraram.

Eu apostei num governo que não teria problema de abrir mão da riqueza do pré-sal para o setor privado. Que as encomendas que viriam para o meu estaleiro lá no Açu, viriam porque seria um mercado aberto. Ganharia quem fosse o mais eficiente. Não nessa mamata que foi criada com os empreiteiros. Eu não tenho nada a ver com isso. Sou alguém do setor privado, grande, que incomodou. Infelizmente, você tem que deixar o tempo passar. Não sou esse peixe que quer se misturar nas águas turvas de Lava Jato, os empreiteiros. É muito ingrato o que a mídia me fez em geral. Não fechei nenhuma empresa. Tem mais de 20 mil funcionários trabalhando nos meus projetos. Preferi abrir mão do meu patrimônio.

O sr. está de volta ao Twitter e sempre usa o capslock. Por quê?

Meu pai, com certa idade, tinha dificuldade de ler a letra pequena. Me habituei a me comunicar com ele em caixa alta e nunca mais saí.

O sr. diz que está em busca de unicórnios, novos negócios que dão certo. Quais são?

Estou me dedicando àquelas áreas em que sempre tive sucesso, nunca falhei, que é na área da mineração.

Algum projeto específico?

Minério de ouro, de ferro, de fertilizantes. Áreas nas quais o Brasil é muito rico e diferenciado em relação a outros países do mundo. Estou voltando nessa área em peso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/07/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: 'Falhou, levanta, faz de novo', diz empresário a empreendedores

Florianópolis - Um dos dragões de "Game of Thrones" aparece derretendo com suas labaredas o tão cobiçado trono da série da HBO. Segue a legenda: "I'm back" (estou de volta). Sim, Eike Batista está de volta, e não quer ser discreto.

Após um ano e meio de hiato, voltou ao Twitter no mês passado, e por lá só tuita em caixa alta, ASSIM (diz que por respeito ao pai, que não conseguia ler letrinhas miúdas).

Neste sábado (6), fez a primeira aparição em anos num evento público: o Empreende Brazil Conference.

Não cita a sucessão de tropeços judiciais e financeiros.

Junto com a cantora Anitta e o ex-presidenciável João Amoêdo, foi uma das iscas do evento que levou 3.500 empreendedores, ou aspirantes a tanto, a "15 horas de imersão" num centro de convenções em Florianópolis, por ingressos que chegaram a R\$ 3.000 —isso se você quisesse ser vip, com direito a camarote e garçom servindo cafezinho.

"Voltei com mais intensidade", disse Eike a uma repórter de TV, nos bastidores da conferência. Com blazer por cima de uma camisa esportiva, jeans e tênis, horas depois ele venderia, na arena, a ideia de que é seu momento de dar a volta por cima.

"Falhou, levanta, faz de novo", disse ao público. "É difícil mesmo. Achei que, com tanto sucesso... Não sei se vocês conhecem húbris, essa palavra em latim que quer dizer autoconfiança demais. Depois de construir 12 minas no mundo, por que eu ia errar exatamente no petróleo?"

É uma das áreas em que o empresário não foi bem, e por motivos que não dependiam só dele, mas também de decisões governamentais, disse. Também afirmou que foi

"pego de calça curta", sem perceber que estava rodeado de pessoas desonestas que quase o levaram à falência.

O total de multas já impostas a Eike pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) chega a R\$ 559,5 milhões, envolvendo supostos malfeitos em sua petroleira OGX e sua empresa de construção naval OSX.

Nada disso vem ao caso na Empreende Brazil, que abriu espaço para Eike falar sobre o que o empolga. "Mostrem os unicórnios que têm no curral", declarou. Unicórnio é um codinome para empresas vistas como raridades que prosperam entre os múltiplos fracassos no mundo dos negócios.

Suas novas apostas: nano-tecnologia. "Os jovens escutem isso, porque vai virar tudo de cabeça pra baixo." Um suplemento que, garantiu, o fez crescer um centímetro. O grafeno, material mais resistente que o aço.

"Acho que o nosso presidente [Jair] Bolsonaro, quando fala do grafeno com entusiasmo, é isso mesmo", disse, minutos depois de declarar sentir orgulho por sua família ser apolítica.

Ele transitou bem em governos petistas. Em 2012, a então presidente Dilma Rousseff posou ao seu lado, vestindo um macacão da OGX.

Minutos depois, voltaria às relações políticas que levaram à sua condenação. Mostrou no telão um vídeo com depoimento de Sérgio Cabral ao juiz Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio. Disse o ex-governador: "O sr. Eike Batista, comigo [ele] nunca teve toma lá, dá cá."

Finalizou a apresentação com "uma provocação a vocês, empresários": "Entrar num ciclo ruim acontece, não tenham vergonha. Entrem e saiam pela porta da frente".

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: 'Trofeu Avon' de vendedor

Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, se conseguir vender bem oito refinarias em 24 meses merece, com todas as honras, o título de melhor vendedor brasileiro no biênio. É que as unidades do refino, tem se falado no mercado, não são ativos fáceis de encontrar comprador. Além do que, na visão de um importante empresário do setor, "cada uma delas perdeu valor de US\$1 bilhão desde quando Bolsonaro interferiu no preço do diesel". A conferir.

MME / ASCOM .